



Notas para
a Redefinição e Recuperação
do Conceito de

Cultura

ISBN 978-989-20-6052-1

E. J. MOREIRA DA SILVA

**Notas para
a Redefinição e Recuperação
do Conceito de**

Cultura



Edição do Autor

PONTA DELGADA / 2010

**Notas para
a Redefinição e Recuperação
do Conceito de**

Cultura

Aquilo que em ti há da Unidade,
não o separes da Unidade,
se o quiseres conservar.

D. A. Freher
Paradoxa Emblemata
(séc. XVIII)

1. Tal como o substantivo “canto”, por exemplo — o qual tanto pode significar (i) o acto de cantar, (ii) louvor dispensado em forma de poema ou (iii) “esquina” —, o substantivo “cultura” expressa sentidos diferentes que, as mais das vezes, não se encontram claramente definidos na mente dos falantes que o utilizam. E isto, precisamente, devido, em grande parte, ao facto de — ao contrário daquilo que acontece em Alemão, por exemplo — a língua portuguesa apenas dispor da palavra “cultura” para expressar todos esses mesmos diferentes sentidos.

2. Os sentidos fundamentais do substantivo “cultura” decorrem — como se irá ver — de a cultura consistir, em primeira instância, ora (i) numa *actividade* da autoconsciência, ora (ii) num de dois *estados* que são produzidos por essa mesma *actividade*, ora, ainda, (iii) numa *relação* de mútua determinação entre esses dois *estados*.

3. A autoconsciência é atributo exclusivamente do Homem. E, assim sendo, seja lá qual for, de entre esses sentidos fundamentais, aquele em que o entendermos, o conceito de cultura remete-nos sempre, por força, exclusivamente para o Homem (quer como indivíduo, quer como membro de uma determinada sociedade), em lugar de também para a Natureza, enquanto realidade de que o próprio Homem faz parte, mas que não há sido criada (cuja leis universais e cujas *fisionomias* concretas e particulares não hão sido criadas) por ele. Isto é, o conceito de cultura remete-nos sempre, por força, para a capacidade estritamente humana que os entes humanos têm para agir sobre — e para, por essa via, modificar — quer a Natureza, quer eles mesmos.

4. Os animais não-humanos, como o tigre ou o cão, por exemplo, nascem e permanecem, ao longo das suas vidas, mera Natureza. Isto é, aquilo que são e as actividades que estão ao seu alcance (como a de caçar e a de procriar) são-lhes impostas, *de fora e para todo o sempre*, pela Natureza — tal como acontece, por exemplo, com a forma, o tamanho, a cor, etc., que o oleiro impõe ao artefacto de barro que molda.

5. Este último, o artefacto de barro que o oleiro molda, jamais poderá vir a agir sobre si mesmo, com o fim de modificar ou de aperfeiçoar

via de si mesmo as qualidades que o próprio oleiro lhe há imposto ao concebê-lo e criá-lo. A mesma coisa acontece com os animais não-humanos, os quais, do mesmo modo, e contrariamente ao Homem, jamais poderão vir a tornar-se, por assim dizer, segundos oleiros ou recreadores de si mesmos. Tal como o grande oleiro que a Natureza é os há produzido de início, a partir do barro genesíaco de todas as coisas e por via de um de seus inúmeros *moldes* universais, assim haverão eles, animais não-humanos, de viver e de morrer.

6. Só ao Homem, na verdade, há a própria Natureza concedido a capacidade de devir *segunda natureza*. Ou seja, a capacidade, por um lado, de agir sobre si mesmo com o propósito racional de se tornar mais excelente do que a Natureza o há feito de início; a capacidade, por outro lado, de agir sobre o mundo material em que se insere e que o rodeia, com o propósito racional de o tornar mais propício e mais útil a ele mesmo (mais capaz de satisfazer as suas necessidades materiais e espirituais).

7. Na realidade, toda e qualquer forma de cultura é sempre *segunda natureza*. É sempre, quer isto dizer, actividade recreadora por parte do Homem ou fruto dessa mesma actividade, re-caia ela sobre o mundo interior e espiritual do próprio Homem ou sobre o mundo exterior

e material: sobre o mundo físico, do qual ele, Homem, também é parte integrante.

8. Ora, a partir daqui, percebem-se facilmente duas coisas que são imprescindíveis para a compreensão dos sentidos que o substantivo “cultura” pode expressar.

9. Uma delas é que toda e qualquer forma de cultura radica, por força, na capacidade exclusiva que o Homem tem para pensar e conhecer quer o mundo exterior e objectivo, quer o seu próprio mundo interior e subjectivo. Ou seja, na capacidade que ele tem, não apenas para conhecer (como acontece com os restantes animais), mas também para conhecer que conhece: a capacidade, por um lado, para conhecer o mundo exterior e objectivo e, simultaneamente com isso, se conhecer como sujeito que conhece esse mesmo mundo ou que se encontra consciente de conhecer esse mesmo mundo; a capacidade, por outro lado, para conhecer o seu próprio mundo interior e subjectivo e, simultaneamente com isso, se conhecer como sujeito que conhece esse mesmo mundo ou que se encontra consciente de conhecer a si mesmo.

10. Dito por outras palavras, uma dessas duas coisas é — de novo — que toda e qualquer forma de cultura radica, por força, na autoconsciência ou na capacidade de *reflexão* que caracte-

riza o Homem e que o distingue dos restantes animais.

11. A outra coisa é que, em vista daquilo que acaba de ser dito — e para antecipar —, toda e qualquer forma de cultura não poderá deixar de ser:

(i) ou *actividade* da autoconsciência (individual ou colectiva) que recai sobre o mundo interior, espiritual e subjectivo;

(ii) ou *actividade* da autoconsciência (individual ou colectiva) que recai sobre o mundo exterior, material e objectivo;

(iii) ou *condição/estado* do mundo interior, espiritual e subjectivo, enquanto *condição/estado* produzido (individual ou colectivamente) pela actividade da autoconsciência;

(iv) ou *condição/estado* do mundo exterior, material e objectivo, enquanto *condição/estado* produzido (individual ou colectivamente) pela actividade da autoconsciência;

(v) ou *relação* de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo e um *estado* predominante do mundo objectivo;

(vi) ou *relação* de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do

mundo subjectivo e (nos seus múltiplos aspectos) um certo *contexto* histórico-civilizacional;

(vii) ou *relação* de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo e (nos seus múltiplos aspectos e recursos) uma *fisionomia* geográfica (a de um país ou região, por exemplo).

12. Na realidade, e como já ficou dito, o substantivo “cultura” designa, em primeira estância, ou uma *actividade*, ou um *estado*, ou uma *relação* de mútua determinação entre dois *estados* ou duas *condições*.

13. Começemos por pensar na agricultura, enquanto actividade ou processo que se socorre de determinados meios de produção, que tem por fim a obtenção de um determinado produto — trigo, por exemplo — e que, momento a momento da sua duração, *alcança*, por assim dizer, um determinado estado ou uma determinada condição desse mesmo produto.

14. É que, tal como a agricultura — tal como o cultivo do solo, enquanto parcela da Natureza ou do mundo exterior e objectivo —, a cultura é, em primeira instância, a *actividade* ou o *processo* de cultivar o *solo* mental, o mundo interior e subjectivo, do Homem (quer como indivíduo, quer como membro de uma determinada colectividade ou sociedade).

15. É que, tal como a agricultura ou o cultivo do solo material e objectivo, que se socorre de meios de produção como as alfaías agrícolas, os adubos e os pesticidas, a cultura — o cultivo do *solo* mental do Homem — se socorre dos *meios de produção* a que chamamos “pintura”, “literatura”, “música”, etc.

16. É que, tal como a agricultura ou o cultivo do solo material e objectivo, que, enquanto actividade/processo, sempre tem em vista a concretização de um determinado fim ou de um determinado produto, a cultura — o cultivo do *solo* mental do Homem — tem, por força, em vista a concretização de um *fim* ou de um *produto* específico.

17. Esse fim ou produto é o homem *cultivado*, o homem que já deveio *cultura* (em lugar de *ter* cultura) ou que já deveio *HOMEM*, por contraposição ao homem (quer como indivíduo, quer como membro de uma determinada colectividade ou sociedade) cujo *solo* mental permanece Natureza entregue a si mesma, não-humanizada e *inculta*.

18. É, por fim, que, tal como a agricultura ou o cultivo do solo material e objectivo, que, momento a momento, *alcança* um determinado estado de desenvolvimento, de completude ou de perfeição do produto que visa concretizar, a

cultura — o cultivo do *solo* mental do Homem — *alcança*, momento a momento da vida de cada homem e momento histórico a momento histórico da vida de cada sociedade (de cada colectividade de homens) um determinado *estado* de desenvolvimento, de completude ou de perfeição do *produto* (o HOMEM) que visa concretizar.

19. A analogia entre a cultura do solo material e objectivo e a cultura do *solo* espiritual e subjectivo do Homem apresenta-se ao entendimento e à razão humanos, tal como tantas outras, de modo natural e espontâneo, sendo este o motivo por que a origem etimológica do próprio substantivo “cultura” radica nela. Não obstante isso, importa percebermos que, se existem naturalmente semelhanças entre uma (a cultura *qua* cultivo do solo material e objectivo) e outra (a cultura *qua* cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem), também existem diferenças significativas.

20. Naquilo que diz respeito a tais semelhanças, há a destacar agora, de entre aquelas que vêm de ser referidas, uma que se revela assaz importante. Trata-se da semelhança que resulta de tanto uma como a outra (a cultura do solo material e objectivo e a cultura do *solo* espiritual e subjectivo do Homem) consistirem numa actividade ou num processo racional. Ou seja, numa actividade ou num processo que se ca-

racteriza por ter *finalidade* (*Zweckmäßigkeit*); por ser meio que se socorre dos meios mais adequados para alcançar ou concretizar um fim (*Zweck*) definido.

21. É que toda a actividade ou todo o processo racional pressupõe, *a priori*, uma ideia clara da sua própria finalidade (*Zweckmäßigkeit*): não só do fim ou do produto específico que visa alcançar, mas também dos meios de produção que mais adequados possam ser para a concretização de estados sucessivos de desenvolvimento ou de perfeição — de estados cada vez mais avançados ou *superiores* — desse mesmo fim ou produto. Ou seja, melhor dizendo, toda a actividade racional pressupõe uma ideia clara do fim ou do produto específico que, sendo aquele que visa alcançar, determina *a priori* não só os procedimentos em que ela mesma, actividade, deverá consistir, mas também a ordem por que estes deverão ocorrer e os meios específicos que por eles são requeridos.

22. No caso da agricultura ou do cultivo do solo material e objectivo, que sempre tem em vista um de vários fins ou produtos específicos (por exemplo, o fim ou produto “trigo”, em lugar de o fim ou produto “milho”) — no caso da agricultura ou do cultivo do solo material e objectivo, estaremos, pois, perante a necessidade da ideia que nos dá a conhecer *a priori* em que consiste a excelência máxima ou a perfeição ora

do trigo ora do milho, por exemplo, enquanto, cada um deles, fim ou produto específico que é visado e cuja excelência ou perfeição determina *a priori*, precisamente por essa razão, quais são os modos correctos de proceder e os meios adequados para o alcançar ou realizar com o máximo possível de sucesso.

23. No caso da cultura ou do cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem, que, inversamente, sempre tem em vista apenas, como *fim* ou *produto*, o homem que já deveio HOMEM, o homem que já cultivou a sua *natureza animal* ao ponto de a fazer devir *natureza humana* e que, por esse modo, já fez sua, em alguma medida, a excelência ou a *virtude* (*aretê*) das faculdades que o incluem no género “Homem” e que lhe possibilitam ser *belo e bom* tanto em termos cognitivos como éticos e estéticos — no caso da cultura ou do cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem, estaremos, pois, perante a necessidade da ideia que nos dá a conhecer *a priori* em que consiste a excelência máxima ou a perfeição do Homem (quer como indivíduo, quer como membro de uma determinada colectividade ou sociedade), enquanto *fim* ou *produto* único que é visado e cuja excelência ou perfeição determina *a priori*, precisamente por essa razão, quais são os modos correctos de proceder e os meios adequados para o alcançar ou realizar (individual e colectivamente) com o máximo possível de sucesso.

24. Trata-se, pois, neste segundo caso, da IDEIA DE HOMEM, a qual se distingue, de forma assaz importante, do mero conceito “homem”.

25. É que tal conceito (o de homem) nos dá conhecer tão somente, e em termos apenas qualitativos, quais são os predicados *sine quibus non* de “homem”: quais são os predicados essenciais que entram na constituição de todo e qualquer homem e sem os quais, por conseguinte, não poderemos estar em presença de um homem. É que, de modo muito diferente, a IDEIA DE HOMEM, a ideia regulativa ou ideia-paradigma de HOMEM, nos dá a conhecer: por um lado, quais são, em termos não menos qualitativos, os predicados acidentais (e, por conseguinte, não-essenciais) que entram na constituição da máxima completude (*Vollkommenheit*) ou perfeição extensiva do Homem; por outro lado, qual é, agora em termos quantitativos, o grau de completude ou de perfeição intensiva que cada um dos referidos predicados (tanto os essenciais como os acidentais) é passível de alcançar.

26. Por exemplo, a IDEIA DE HOMEM dá-nos a conhecer não apenas que a autoconsciência ou *reflexão* e a racionalidade são predicados essenciais ou *sine quibus non* de “homem”, mas também: por um lado, que, numérica ou extensivamente a par de vários outros, o pre-

dicado accidental “inteligência” entra qualitativamente na constituição da máxima completude (*Vollkommenheit*) ou perfeição extensiva do Homem; por outro lado, qual é o grau de *virtude* (*aretê*) ou de perfeição máxima a que, agora em termos quantitativos (de intensão, de *profundidade* ou de *saturação*), a própria inteligência pode ascender (enquanto predicado ou atributo accidental), a par da racionalidade e da autoconsciência (enquanto predicados ou atributos essenciais).

27. Naquilo que diz respeito às diferenças significativas (*vide supra*, 19.) que subsistem entre o cultivo do solo material e objectivo e o cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem e da Sociedade, decorrem elas, em primeira instância, dos factos que a seguir são enumerados.

28. Trata-se, por um lado, do facto de o primeiro (o cultivo do solo material) sempre ter em vista, como já se viu, um de vários fins ou produtos específicos (por exemplo, o fim ou produto “trigo”, em lugar de o fim ou produto “milho”), e de, inversamente, o segundo (o cultivo do *solo* espiritual do Homem) sempre ter em vista um só *fim* ou *produto*: o *fim* ou *produto* “homem cultivado” (“homem que já deveio cultura”), na qualidade de *órgão sine qua non* (de *órgão* essencial e, por isso, imprescindível) do *organismo* colectivo de uma sociedade física

e intelectualmente *higiênica* ou saudável (*hygeinos*).

29. Trata-se, por outro lado, mas de forma muito mais importante e decisiva, do facto de o cultivador do solo material utilizar os meios que se lhe tornam necessários (as práticas e os instrumentos que se lhe tornam necessários) *apenas* para levar a que um outro meio (o próprio solo material e objectivo) lhe proporcione um fim (por exemplo, o fim ou produto “trigo”) que, por sua vez, nada mais é para ele do que um meio para alcançar um outro e último fim (por exemplo, o lucro resultante da mais-valia económica quer do produto bruto “trigo”, quer dos produtos derivados “farinha” e “pão” de trigo). O qual é facto que não se verifica no caso do genuíno (porque desinteressado) cultivador do *solo* espiritual do Homem, que sempre vê no cultivo desse mesmo *solo* um fim último ou um fim que se esgota em si mesmo — à semelhança daquilo que acontece com quem investe dinheiro e trabalho no cultivo do seu jardim, não em resultado de este lhe servir de instrumento para alcançar um qualquer fim ou de lhe ter utilidade, mas sim apenas em função da beleza e perfeição que o quer levar a alcançar (mas sim apenas “for the sake of” tal beleza e perfeição).

30. Trata-se, por outro lado ainda, do facto, não menos importante e decisivo, de o cultivo

do solo material e objectivo sempre recair sobre este de forma heterónoma, enquanto o cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem sempre recai sobre ele, *solo*, de forma autónoma. Ou seja, trata-se do facto de, no caso do cultivo do solo material e objectivo, solo cultivado e cultivador serem entidades ou realidades distintas uma da outra, a segunda delas (o cultivador) impondo à primeira (o solo) a acção de a cultivar e, assim sendo, assumindo perante ela — na qualidade de realidade *dominada* (*beherrscht*) — o papel de quem exerce *dominação* (*Beherrschung*) sobre ela. O qual é facto que jamais se poderá verificar no caso do cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem, dado que aqui *solo* cultivado e cultivador são sempre, por força, *anverso* e *verso* de uma só entidade ou realidade: são sempre sujeito (cultivador) que sobre si autonomamente reflecte e que, por essa via, a si mesmo autonomamente toma por objecto (*solo*).

31. Finalmente, a última grande diferença que subsiste entre o cultivo do solo material e objectivo e o cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem resulta do seguinte facto: de, no primeiro caso, nos depararmos com um cultivo que se completa e pode ser considerado *terminado* a partir do momento em que alcança, vez a vez, o fim ou produto que há tido em vista (por exemplo, a ceifa, num determinado ano, do trigo); e de, no segundo caso (o da cultura

ou do cultivo do *solo* espiritual e subjectivo do Homem), nos depararmos já não só com um cultivo que por natureza permanece (que, vida a fora do indivíduo, permanece) mera *aproximação* ao *fim* ou ao *produto* que tem em vista alcançar, mas também com um cultivo que só poderá devir *aproximação* determinante e verdadeiramente *operante* (quer ao nível microcósmico do indivíduo, quer ao nível macrocósmico da sociedade) na medida em que devier cultivo do *solo* de toda a humanidade, ao invés de cultivo do *solo* privado deste ou daquele homem ou desta ou daquela sociedade.

32. Como Raymond Williams bem faz notar (em *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*), o substantivo “cultura” deriva (tanto num caso como no outro, tanto no sentido de “cultivo do solo material e objectivo” como no sentido de “cultura” *qua* “cultivo do *solo* espiritual e subjectivo”) do substantivo latino *cultura*, o qual, por sua vez, encontra a sua origem no particípio (*cultus*, *culturus*) do verbo latino *colere*.

33. O verbo *colere*, que encontra raiz no Indo-Europeu *kwel* (“revolver”, “movimentar”), transmitia diversos sentidos. De entre esses sentidos, os quais não incluíam aqueles que expressamos via do substantivo “cultura” e de seus cognatos (dado que os Romanos os designavam via do termo *Humanitas*, que cor-

responde ao nosso “Humanidades”), importa destacar (como Williams faz): (i) “habitar, (ii) “prestar honra via de adoração ou veneração”, (iii) “cuidar da terra” ou “trabalhar a terra”.

34. No sentido de “habitar”, o verbo *colere* veio a dar origem ao substantivo *colonus* (“lavrador”, agricultor”) e, via deste, aos nossos substantivos “colono” e “colónia”. No sentido de “prestar honra via de adoração ou veneração”, veio ele a dar origem, através do substantivo *cultus*, ao nosso substantivo “culto”. Finalmente, via do sentido “cuidar da terra”, veio ele a dar origem, através do substantivo latino *cultura*, ao nosso substantivo “cultura” — o qual mantém o sentido “cultivo” (da terra ou de outra coisa qualquer) e lhe adiciona, por analogia com o sentido específico “cultivo da terra” (como acontece, aliás, em outras línguas), os diversos sentidos que temos em mente quando falamos de “cultura” com relação ao Homem e à Sociedade.

35. Raymond Williams afirma que, no caso da língua inglesa, a extensão do substantivo “cultura” (*culture*) a estes últimos sentidos (os de “cultura” *qua actividade* ou atributo do Homem e da Sociedade) ocorreu apenas a partir do século xvi.

36. Pode bem ser que, na verdade, assim tenha sido. A analogia entre o cultivo da terra e o do

solo espiritual do Homem é, porém, tão natural, que jamais poderia ter deixado de surgir já nas mentes dos Gregos e dos Romanos da Antiguidade — como comprova, só por si, o facto de deparamos com Cícero (106–43 A.C.) a afirmar (em *Tusculanas*) que “a filosofia é a cultura da alma” (“cultura animi philosophia est”), e de encontrarmos Plutarco (c. 46–120 A.D.) a afirmar, em “A Educação das Crianças” (PERI PAIDON AGOGES): “Tal como acontece, no cultivo da terra, que, em primeiro lugar, o solo deverá ser fértil, que, em segundo lugar, o cultivador deverá ser exímio, e que, em terceiro lugar, a semente deverá ser de boa qualidade, acontece também, de modo análogo, que a natureza está para o solo como o educador está para o cultivador e os princípios e preceitos racionais que são ministrados estão para a semente. E afirmaria de modo peremptório que a excelência destas três entidades se fundiu e formou um todo perfeito nos espíritos dos homens que se tornaram célebres entre a humanidade: Pitágoras, Sócrates, Platão e todos os outros que alcançaram fama imorredoura.”

37. Agora, ao nos referirmos ao cultivo do solo ou à agricultura, que coisa designamos por via do substantivo “cultura”? Por um lado, os meios de que tal cultura se socorre? Ou seja, os tractores, as alfaías, os adubos e os pesticidas? Toda essa multidão de máquinas, de sacas e da vasilhas que as indústrias agrícolas produ-

zem entre nós dia a dia? Por outro lado, todo o imenso capital financeiro que os agricultores expendem com vista ao fim último de arrecadarem um capital ainda mais imenso? Por outro lado ainda, a *condição* — o estado de crescimento ou de evolução, do arar, ao adubar, ao semear — em que um determinado solo cultivado se encontra num determinado momento? Ou tão-somente a actividade ou o processo que, no seu conjunto, passa por arrotear, arar, semear, adubar, mondar e ceifar ou colher?

38. Sem dúvida, tão-somente tal actividade ou processo — e tão sem dúvida, que as questões que venho de formular não poderão deixar de parecer, à primeira vista, de todo despropositadas.

39. Ficam-se tais questões, na verdade, a dever ao facto de a complicação que o conceito de “cultura” hoje-em-dia apresenta na língua portuguesa (a qual é, em tudo, semelhante à que Raymond Williams tinha em mente ao afirmar que “‘cultura’ é uma das duas ou três palavras que maior complicação apresentam na língua inglesa”) ser consequência, em grande parte (nos casos em que não é consequência da ignorância), de se verificar precisamente o contrário daquilo que ora se há visto quando utilizamos o substantivo “cultura” tanto no sentido primordial de “cultivo do *solo* espiritual e subjectivo” como naqueles que dele derivam.

Ou seja, quando — inconscientes de que o substantivo “formação” nos permitiria estabelecer com clareza (caso fosse sistematicamente utilizado com correcção) a distinção que os Alemães têm em mente ao optar por utilizar ora o termo *Bildung* ora o termo *Kultur* — nos vemos forçados a utilizar apenas o substantivo “cultura” para designar várias realidades que, não obstante serem afins, permanecem assaz distintas umas das outras.

40. Refiro-me, em primeiro lugar, à *realidade* cultura *qua actividade* ou o *processo*: *qua* a acção por via da qual o Homem continuamente cultiva, de modo autónomo, o seu *solo* espiritual.

41. Refiro-me, em segundo lugar, à *realidade* cultura *qua* conjunto de *meios de produção* ou de *ferramentas* sem os quais tal *actividade* ou *processo* não seria de todo possível — *qua* os livros, as exposições, os espectáculos de bailado, os concertos, etc. (os quais equivalem, sem pôr nem tirar, aos tractores, às alfaias, aos adubos e aos pesticidas, *qua* meios de produção do cultivo do solo material e objectivo).

42. Refiro-me, em terceiro lugar, à *realidade* cultura *qua* a *condição* ou o *estado* de cultivo em que o *solo* espiritual e subjectivo de um determinado homem, ou de uma determinada sociedade ou civilização, se encontra num determinado momento histórico.

43. Antevejo, perante aquilo que acabo de considerar em (41.), o argumento de que as realidades a que chamei “*meios de produção*” ou “*ferramentas*” da cultura (os livros, as exposições, os espectáculos de bailado, os concertos, etc.) são, sobretudo, *fim* ou *produto* da cultura, inversamente àquilo que acontece com aos tractores, as alfaías, os adubos e os pesticidas — *qua* meios de produção do cultivo do solo material e objectivo —, os quais não entram no paradigma de *fim* em que entram o milho, o trigo, a beterraba, etc., e não podem, por isso, na verdade, ser considerados fins ou produtos da cultura: do cultivo do solo material e objectivo.

44. A esse argumento falacioso, que tão absolutamente correcto e verdadeiro se afigura à *mente* deste nosso *electrónico* tempo apenas devido a esta caprichar em confundir *fins* com *meios* e *efeito* com *causa* — a esse argumento falacioso (que tão característico é do raciocínio e do discurso *do poder*), respondo do modo que se segue.

45. Os meios de produção ou as *ferramentas* de que o processo de cultivo do solo material e objectivo se socorre permanecem, por força, meios, quando são olhados nessa mesma qualidade: na qualidade de meios de produção ou de *ferramentas*. Não obstante isso, devêm

eles fins, quando são olhados na qualidade de produto que os engenheiros que os concebem e dão a fabricar têm em vista concretizar, os quais jamais os poderiam conceber e dar a realizar caso não detivessem conhecimento dos vários processos de cultivo semelhante àquele que o cultivador exímio sempre tem, e não fossem, por isso, também eles, cultivadores — ainda que apenas formalmente ou *qua cultivadores em teoria*.

46. Quer num caso, quer no outro — quer enquanto meios, quer enquanto fins — as *ferramentas* do cultivo do solo material e objectivo permanecem isso mesmo (meios e fins), sem que jamais possam ser considerados quer actividade ou processo de cultivo, quer produto de tal actividade ou processo. O mesmo é dizer, sem que jamais possam ser considerados quer cultivo ou cultura do solo material e objectivo, quer (contrariamente ao trigo ou ao milho) produto de tal cultivo ou cultura.

47. Do mesmo modo, os livros, as exposições, os espectáculos de bailado, os concertos, etc., permanecem, por força, *meios*, quando são olhados na qualidade de *ferramentas* imprescindíveis ao *cultivador* do solo espiritual e subjectivo: ao *cultivador-de-si-mesmo* em que se transforma, por força, todo o homem que consciente e autonomamente se quer Homem.

48. Do mesmo modo, devêm eles *fins*, não obstante isso, quando são olhados na qualidade de *produto* que um tal homem visa concretizar na qualidade, agora, de *engenheiro* e de *fabricante* das *alfaías*, dos *adubos* e dos *pesticidas* do cultivo do *solo* espiritual e subjectivo da sociedade em que se insere e da humanidade em geral. O mesmo é dizer, na qualidade de individuo que se encontra profundamente consciente — por palavras do Kant de *Sobre a Educação* (*Über Pädagogik*), de 1803 — de que “Toda a cultura começa com o individuo, e irradia a partir dele”; de que “o Homem só pode ser educado pelo Homem, ou seja, por homens que, eles mesmos, hão sido educados.”

49. Quer num caso, quer no outro — quer enquanto *meios*, quer enquanto *fins* — as *ferramentas* do cultivo do *solo* espiritual e subjectivo (as *ferramentas* da cultura) permanecem isso mesmo (*meios* e *fins*), sem que jamais possam ser considerados quer *actividade* ou *processo* de cultivo, quer *produto* de tal *actividade* ou *processo*. O mesmo é dizer, sem que jamais possam ser considerados quer cultivo ou cultura do *solo* espiritual e subjectivo, quer (contrariamente ao homem que já deveio HOMEM em alguma medida), *produto* de tal cultivo ou cultura.

50. Confundir meios e fins com actividade ou processo, equivale, aqui, na verdade, a con-

fundir mero alimento com digestão, nutrição e crescimento.

51. É que, na verdade, a mais profusa quantidade de requintados pratos e de requintadas iguarias (regionais ou internacionais) jamais poderá deixar de ser *meio* e *fim*, para devir *actividade* ou *processo*, se não for ingerida e digerida: se, por essa via, não devier átomo, molécula e célula — alimento —, e, com isso, sangue, veia, músculo, pulsação, respiração. O mesmo é dizer, se, por essa via, não cessar de ser mero *objecto* ou mera matéria inerte, para devir *sujeito*, espírito, cognição, ideia, pensamento.

52. É que, do mesmo modo, a mais profusa quantidade de livros, exposições, espectáculos de bailado, concertos, etc. (regionais ou internacionais) jamais poderá deixar de ser *meio* e *fim*, mero espectáculo ou mero lucro das gananciosas *indústrias culturais*, que o Estado gananciosamente encoraja e patrocina — jamais poderá deixar de ser *meio* e *fim*, para devir *actividade* ou *processo*, se não for *ingerida* e *digerida*: se, por essa via, não devier inteligência, lucidez, esclarecimento (*Aufklärung*), imperativo categórico, capacidade de apreensão estética. O mesmo é dizer, se, por essa via, não cessar de ser mera letra morta, mera vontade de expressão artística, mero *engagement* partidário ou político, mero espectáculo, mera pedagogia demagógica, mera vaidade, mero lucro, mero

passatempo lúdico, mero engano ou mero sofisma, para devir, em cada *sujeito* ou no *solo* cultivado e em cultivo de cada indivíduo, *árvore, flor e fruto: quinta, pomar ou jardim* autonomamente cultivado, plantado e *colhido*; emancipação dos pântanos e dos baldios do erro e da estultícia; paisagem que cresce e corre, e se sabe orientar, na paisagem humana do pensamento (e sabe “sich im Denken zu orientieren”); negação natural das *flores de plástico* que o Estado e as *indústrias da cultura* artificialmente plantam, de braço dado e em conluio, nos canteiros prostuídos da des-*humanidade* e do Capital.

53. Consequentemente, persistir em constatar passivamente, como Raymond Williams faz, o uso *estabelecido* e corrente do substantivo “cultura” para designar incorrectamente “as produções e práticas da actividade intelectual e, em especial, da actividade artística” (“the works and practices of intellectual and especially artistic activity”), persistir em não combater o des-entendimento *materialista* e *capitalista* de que “‘cultura’ é música, literatura, pintura e escultura, teatro e cinema” (“‘culture’ is music, literature, painting and sculpture, theatre and film”) — consequentemente, persistir nisso só poderá ser contribuir para a *prostituição* a que as incultas *massas*, os incultos Estados e as incultas *indústrias da cultura* têm vindo a submeter o conceito de cultura, em resultado da sua firme e gananciosa determinação de, na qualidade de

louváveis armazenistas, retalhistas e distribuidores da própria cultura, transformar “música, literatura, pintura e escultura, teatro e cinema” em lucrativa mercadoria de importação e de exportação.

54. Consequentemente, entidades como o Ministério da Cultura, por exemplo, deveriam ser entendidas, não como organismos que têm por missão financiar e incentivar a *produção* de cultura (ou de “actos culturais”, seja lá o que isso for) na forma de “música, literatura, pintura”, etc., *qua fins* últimos ou *fins* que se esgotam em si mesmos — *qua cultura tout court* —, mas sim como organismos que deveriam ter por missão financiar e incentivar a produção dessas mesmas realidades exteriores ou objectivas *qua*, simultaneamente, expressão do *estado* interior e subjectivo de cultura a que um povo já se há *guindado* e de *ferramentas* ou *meios* sem as quais a cultura não poderá devir cultivo cada vez mais generalizado e conseguido do *solo* espiritual e subjectivo de um povo.

55. Consequentemente, expressões como “cultura portuguesa” ou “cultura francesa”, por exemplo, deveriam ser entendidas, não como designando uma série infinda de *performances* de cariz artístico-cultural e como um montão inerte de tratados filosóficos, poemas, romances, ensaios, quadros, esculturas, edifícios, etc., sem cuja leitura e estudo *oficiais* se não pode

devir *culto* ou fazer um *papelão* no entretanto *atoleimado* de um qualquer discurso ou de uma qualquer *vernissage*, mas sim como designando uma série de importantes *ferramentas* que são simultaneamente *testemunho*. Mas sim como designando as *ferramentas* e os *testemunhos* dos diversos graus de progresso e de sucesso que os Portugueses ou os Franceses hão sucessivamente alcançado, ao longo dos tempos, no decurso do seu contínuo esforço quer para cultivar o seu colectivo *solo* interior e subjectivo, quer para conhecer e *civilizar* o mundo objectivo. O mesmo é dizer, mas sim como *ferramentas* que, como sempre se verifica, são *testemunho* quer de quem as há fabricado, quer de quem as utiliza ou há utilizado (tal como acontece, por exemplo, com a plaina, o serrote e o formão do marceneiro, cuja qualidade ou *virtude* sempre é, na verdade, *testemunho* da *virtude* do seu fabricante, e cujas lâminas e cujo *estado de conservação* sempre são, de modo semelhante, *testemunho* do grau de *expertise* a que já se há *guindado* aquele que as maneja ou utiliza).

56. Toda e qualquer forma de cultura — vi-mo-lo já — não poderá deixar de ser:

(i) ou *actividade* da autoconsciência (individual ou colectiva) que recai sobre o mundo interior, espiritual e subjectivo;

(ii) ou *actividade* da autoconsciência (individual ou colectiva) que recai sobre o mundo exterior, material e objectivo;

(iii) ou *condição/estado* do mundo interior, espiritual e subjectivo, enquanto *condição/estado* produzido (individual ou colectivamente) pela actividade da autoconsciência;

(iv) ou *condição/estado* do mundo exterior, material e objectivo, enquanto *condição/estado* produzido (individual ou colectivamente) pela actividade da autoconsciência;

(v) ou *relação* de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo e um *estado* predominante do mundo objectivo;

(vi) ou *relação* de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo e (nos seus múltiplos aspectos) um certo *contexto* histórico-civilizacional;

(vii) ou *relação* de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo e (nos seus múltiplos aspectos e recursos) uma *fisionomia* geográfica (a de um país ou região, por exemplo).

57. Enquanto *actividade* que recai sobre o mundo ou o *solo* interior, espiritual e subjectivo (i), cultura é *processo de formação* (a *Bildung* dos

Alemães e a *Paideia* dos Gregos da Antiguidade). É a acção continuada de *utilizar* ou de pôr a *emprego* as *ferramentas* da própria cultura (as *ferramentas* do cultivo do próprio mundo ou *solo* interior, espiritual e subjectivo), a qual é acção que, mesmo quando devém colectiva, só pode ser exercida individualmente. Ou seja, só pode ser exercida autonomamente (tal como acontece com a digestão, a nutrição e o crescimento físicos), por parte de cada um dos *átomos sociais* que eventualmente possam constituir um determinado *agregado* social no *momento* em que a levarem a cabo e a fizerem recair sobre si mesmos.

58. Enquanto *actividade* que recai sobre o mundo exterior, material e objectivo (ii), cultura é *civilização*.

59. É a acção continuada de *moldar* o ser real e *dado* desse mesmo mundo ao dever-ser ideal que o Homem sucessivamente *põe* e *lhe* impõe na qualidade de conjunto formal de fins que o entendimento (*Verstand*) e a razão (*Vernunft*) *lhe* apresentam *qua* fins de cuja concretização dependem a sua sobrevivência, o seu bem-estar, a sua dignidade (*axia*, *Würde*) e, com isso, a evolução que, passo a passo, o poderá levar a transitar da condição de *dado* natural ou de Homem meramente em potência (de *selva-gem*) à condição de Homem em actualidade. O mesmo é dizer, à condição de animal que

já há concretizado em si parcialmente a humanidade em potência ou *em semente* com que a Natureza o há agraciado, ao ditar-lhe como *missão* última (*Bestimmung*) o esforço contínuo e nunca de todo conseguido para a concretizar plenamente ou na sua perfeição.

60. É essa, a aceção de cultura que se oculta por detrás das seguintes palavras, que o escritor alemão Johan Wolfgang von Goethe registou no sexto livro (“Confissões de uma Alma Bela”) do seu *Wilhelm Meister*. “O mundo estende-se à nossa frente como uma pedreira à frente de um construtor, e ninguém merece ser considerado construtor se não for capaz de transformar essa matéria bruta em algo que corresponda à imagem ideal que preexiste na sua mente, com a maior economia, finalidade e precisão. Tudo aquilo que se encontra fora de nós, e até mesmo tudo aquilo que nos constitui, nada mais é do que matéria ou do que realidade objectiva. Porém, dentro de nós, no nosso mundo interior e subjectivo, existe a capacidade criativa para lhe conceder forma ideal, sendo que o ímpeto que anima essa capacidade jamais nos deixa baixar as mãos até, de um modo ou de outro, termos concretizado esta ou aquela forma ideal fora de nós ou em nós mesmos.”

61. Enquanto condição/estado do mundo interior, espiritual e subjectivo de um indivíduo ou de uma sociedade (iii) — o mesmo é dizer, en-

quanto *atributo*, em lugar de *actividade* ou *processo* — cultura é *formação* (a *Bildung* dos Alemães e a *Paideia* dos Gregos da Antiguidade) na qualidade de *produto* ou de efeito produzido por ela mesma, cultura, *qua actividade* ou *processo de formação*.

62. Nessa acepção, cultura é sempre, pois, concretização efectiva, com maior ou menor grau de sucesso, da IDEIA DE HOMEM. O mesmo é dizer, sempre é ela, pois, concretização efectiva, mas parcial, da IDEIA DE HOMEM, num determinado indivíduo ou na série de indivíduos (de átomos sociais) que possam constituir um determinado *agregado* social num determinado momento histórico.

63. Era essa, a acepção de “cultura” que o poeta irlandês W. B. Yeats tinha em mente ao registar, num dos seus diários, o seguinte: “... sem cultura ou santidade, que sempre são dotes de muito poucos, um homem poderá renunciar riquezas ou qualquer outra coisa exterior, mas [sem ela] não poderá renunciar o ódio, a cobiça, a inveja, a vingança. A cultura é a santidade do intelecto.”

64. Enquanto condição/estado do mundo exterior, material e objectivo (iv) — o mesmo é dizer, enquanto *atributo*, em lugar de acção ou *actividade* — cultura é *civilização* na qualidade de *produto* ou de efeito produzido por ela mes-

ma, cultura, *qua* acção continuada, e historicamente determinada, de *moldar* o ser real e *dado* desse mesmo mundo (o mundo exterior, material e objectivo) ao dever-ser ideal que o Homem sucessivamente lhe impõe (*vide supra*, 59.)

65. Nessa acepção, cultura é sempre, pois, concretização efectiva, com maior ou menor grau de sucesso e num determinado momento histórico, da segunda grande *missão* que a Natureza há ditado ao Homem. Ou seja, é sempre concretização da humana *missão* universal de controlar, transformar e *esculpir* a própria Natureza em função dos *fins humanos* que o entendimento (*Verstand*) e a razão (*Vernunft*) determinam; concretização da *missão* de transformar o conteúdo meramente sensível e *dado* da experiência humana em conteúdo inteligível ou *posto*, e de, por essa via (pela via de *estreitar* a dualidade sujeito-objecto), construir cada vez mais a identidade sujeito-objecto (que o conhecimento exige). O mesmo é dizer, concretização da *missão* universal de nós, Homens, continuamente nos esforçarmos por tornar as diversas *fisionomias* e os diversos recursos da Natureza conformes às exigências formais da razão.

66. Enquanto relação de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo (um *estado* de *formação*)

e um *estado* predominante do mundo objectivo (um *estado* de *civilização*) (v), cultura é (independentemente de este segundo *estado* ser mais ou menos avançado e/ou poder ser considerado mais ou menos superior) uma forma específica de relacionamento do próprio mundo subjectivo consigo mesmo e com o próprio mundo objectivo.

67. É, por assim dizer, uma *postura formal* que se manifesta objectivamente na qualidade de *modo concreto e específico de ser, pensar, sentir e agir* historicamente, *qua*, a um só tempo, determinação formal do mundo subjectivo e determinação *material* ou concreta do mundo objectivo.

68. É, melhor dizendo, um *posicionamento* específico do próprio mundo subjectivo (*qua* mundo simultaneamente individual e colectivo) perante *si mesmo* e o próprio mundo objectivo — e as determinações apodícticas e contingentes deste último —, bem como perante o pressuposto fundamento metafísico de ambos (*Deus*) e as leis universais e irrevogáveis que determinam a *condição humana*.

69. Nesta acepção, cultura é *marca* ou *característico persistente* de todo um *ciclo* histórico (de toda uma *tradição*, como a do Mundo Ocidental Antigo ou o a do Mundo Ocidental Moderno) e, *adentro* de um tal *ciclo*, de todo um período

histórico (como, por exemplo, a Idade Média ou a Modernidade).

70. Nesta acepção, cultura é *marca* ou *característico persistente* que decorre sobretudo do posicionamento epistemológico que se faz predominante num determinado *ciclo* ou num determinado período histórico. Ou seja, é, melhor dizendo, *característico* que consiste sobretudo na comensurabilidade ou incomensurabilidade mútua com que, ao longo de um *ciclo* ou de um período histórico, o mundo subjectivo (o mundo ideal dos universais) determina o mundo objectivo (o mundo real dos particulares), e vice-versa.

71. A qual é, afinal, a razão por que nos referimos (ainda que sem saber, as mais das vezes, que assim é) à cultura do Mundo Antigo como “cultura clássica” ou equitativamente *idealista* e *realista*: como cultura que há sido valorização equitativa das determinações ideais que nos dão a conhecer a *res extensa* na qualidade de série de classes abstractas *post rem* e, por conseguinte, que há sido, também, valorização equitativa da própria *res extensa*, considerada como série de concretizações materiais ou concretas, em maior ou menor grau de perfeição, de tais classes.

72. A qual é, afinal, a razão por que, do mesmo modo, nos deveríamos referir à cultura *ro-*

mântica e tendencialmente *qualitativa* da Idade Média como “cultura hiper-idealista”: como cultura que há sido hipervalorização de tais determinações ideais e, por conseguinte, hipovalorização (até mesmo repúdio) da *res extensa*.

73. A qual é, também, a razão por que, do mesmo modo, nos deveríamos referir à cultura predominantemente *quantitativa* da Modernidade — à cultura deste nosso tempo de escravos de Mamom, que todos os *meios* transmudam em *fins* e toda e qualquer perfeição (*Vollkommenheit*) e excelência avaliam *ao metro* — como “cultura hiper-realista”: como cultura que é hipovalorização daquelas mesmas determinações ideais e, por conseguinte, hipervalorização da *res extensa* e da sua *utilidade*.

74. Esta acepção de “cultura” encontra-se entre aquelas para que, hoje-em-dia, os Alemães reservam o termo *Kultur*, assim diminuindo, pelo menos (mas de forma assaz importante), a confusão entre ela e a de cultura *qua actividade/processo* que recai sobre o mundo ou o *solo interior*, espiritual e subjectivo (*qua Bildung*).

75. Enquanto relação de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo e um certo *contexto* histórico-civilizacional ou um certo *espírito do tempo* (*Zeitgeist*) — e um certo *complexo* ou *sistema* de *solicitações*, *tendências*, *viragens* e *reações*

externas mais ou menos perduradoras — (vi), cultura é um *posicionamento* específico do primeiro de tais mundos (o subjectivo), enquanto *actividade psíquica* que sempre se manifesta no segundo (o mundo objectivo) na qualidade de *actividade criadora de realidade* e instauradora ou *negadora de verdade e/ou utilidade*.

76. É, pois, sempre, instauração/*posição* (*Setzung*) ou *negação da verdade e/ou utilidade* deste ou daquele modelo de organização social, deste ou daquele modelo de Estado e de Governo, deste ou daquele conjunto de preceitos éticos e de comportamentos, deste ou daquele conjunto de expressões estéticas e deste ou daquele conjunto de *narrativas* de índole mítica, científica e/ou ideológica.

77. Também esta acepção de cultura se encontra entre aquelas para que, hoje-em-dia, os Alemães reservam o termo *Kultur*, assim diminuindo, pelo menos (mas de forma assaz importante), a confusão entre ela e a de cultura *qua actividade/processo* que recai sobre o mundo ou o *solo* interior, espiritual e subjectivo (*qua Bildung*).

78. Enquanto relação de determinação mútua entre um *estado* predominante (e/ou *dominante*) do mundo subjectivo (um estado de *formação*) e (nos seus múltiplos aspectos e recursos) uma *fisionomia* geográfica (a de um país ou região,

por exemplo), cultura é um conjunto de *característicos* que, na forma sobretudo de certos hábitos e costumes mais ou menos *ancestrais* e tradicionais, certas actividades ligadas à utilização e transformação de recursos naturais endémicos ou *localizados*, certas produções mais ou menos artesanais, certas crenças e superstições, certos rituais, certas convenções sociais e certas formas de expressão *artística* e religiosa, modulam e modificam os padrões de vida rural e citadina que, num qualquer momento histórico e num qualquer *estado de civilização*, se fazem vigentes e generalizados.

79. Enquanto a Antropologia permaneceu apenas aquilo que o sentido etimológico da palavra “antropologia” maioritariamente designa, a área do conhecimento que se ocupa de compreender e definir o *logos* do Homem ou a *fórmula* que universalmente determina, formalmente, o seu ser e o seu dever-ser de ente dividido entre os mundos ideal e real — enquanto a Antropologia permaneceu isso mesmo, e não se transformou em Antropologia Cultural, a partir do século XIX, por via de se pôr a estudar a diversidade estonteante com que o ser concreto e histórico do Homem nos confronta ao longo dos milénios e pelos quatro cantos da Terra, a confusão (que hoje tanto grassa e se alastra por toda a parte) entre cultura (*qua*, simultaneamente, *actividade/processo* e *estado* do mundo subjectivo) e culturas não se fez sentir

(fez-se sentir, em seu lugar, a convicção errónea de que cultura é apenas *actividade/processo* e um só *estado* do mundo subjectivo, em lugar de também manifestação exterior de diferentes *estados* do mundo subjectivo: de diferentes *graus* de cultivo desse mesmo mundo).

80. É certo que, antes de tal confusão surgir, e como Raymond Williams nos lembra, o pensador alemão Johan Gottfried von Herder inaugurara (via sobretudo do seu *Ideias para uma Filosofia da História da Humanidade*, de finais do século XVIII) a ideia de que é um erro pressupor que uma só *cultura* se dá a ver em todos os povos: “Nada é mais indefinido do que esta palavra [*Kultur*], e nada é mais enganoso do que a utilizar com relação a todos os povos e todos os tempos” (“Nichts ist unbestimmter als dieses Wort, und nichts ist trüglicher als die Anwendung desselben auf ganze Völker und Zeiten”).

81. Com isso, afirma Raymond Williams, Herder fez surgir “a mudança decisiva” que tornou necessário passar a falar de “culturas”, “no plural”, em lugar tão-somente de “cultura”. Ou seja, a “mudança decisiva” que tornou necessário passar a falar “das culturas específicas e mutáveis de diferentes nações e períodos”, bem como “das culturas específicas e mutáveis dos grupos sociais e económicos de uma nação.”

82. A grande preocupação de Herder era, na verdade, pôr em evidência quer que a *alta* cultura de que os Europeus tanto se gabavam (a qual encarava de modo assaz *negativo*, em consequência da visão pessimista do progresso da humanidade que herdara de Rousseau) jamais poderia ter sido o *telos* de toda a anterior humanidade, quer que, assim sendo, não deveria ela — a pseudo-cultura europeia — arrogar-se o direito de se impor a tudo quanto fosse humanidade.

83. Essa preocupação, porém, de modo algum levou Herder a pretender desligar “cultura” *qua* formação de “culturas” *qua* manifestações de diferentes *estados* de cultura *qua* formação — a qual é pretensão *moderna* e “decisiva” (na verdade, confusão *moderna* e “decisiva”) que ele, um dos maiores defensores da *Educação do Género Humano* (para utilizar o título de Lessing) jamais poderia ter tido. Ouçamo-lo, com o cuidado de não fazer que o *pêndulo* da sua argumentação nos *empurre* — como tantas vezes se vê acontecer *por aí* — para o extremo oposto àquele que ele pretende trazer *ao centro*:

“Há, pois, uma educação [*Erziehung*] da espécie humana; já que ninguém alcança o estado de Homem a não ser por via da educação [*Erziehung*], e que toda a espécie é composta apenas pelas vidas de uma cadeia de indivíduos. [...] Queremos nós designar esta segunda

geração [*Genesis*] do Homem, que se estende ao longo de toda a vida do indivíduo, “cultura” [*Kultur*], por analogia com o trabalho do agricultor, ou “iluminação” [*Aufklärung*], por analogia com o efeito da luz? Pois bem, qualquer um dos dois nomes está ao nosso dispor. A cadeia da cultura [*Kultur*], porém, estende-se até aos confins da Terra. Também o habitante da Califórnia ou da Terra do Fogo aprendeu a produzir e a manejar o arco e a flecha, também ele tem a sua língua e as suas concepções, os seus modos de se exercitar e as suas formas de arte, as quais teve de aprender, tal como nós aprendemos as nossas. E, nessa medida, também ele deveio realmente cultivado [*kultiviert*] e esclarecido [*aufgeklärt*], ainda que no mais baixo grau. A diferença entre povos iluminados [*aufgeklärt*] e não-iluminados [*unaufgeklärt*], cultivados [*kultiviert*] e não-cultivados [*unkultiviert*], não é, pois, uma diferença absoluta, mas sim uma diferença de grau. [...] Se tomarmos por base o conceito de cultura [*Kultur*] europeia, estaremos condenados a encontrá-la apenas na Europa, e, se estabelecermos distinções arbitrárias entre cultura [*Kultur*] e iluminação [*Aufklärung*] — as quais, quando são genuínas, não podem subsistir à parte uma da outra —, estaremos condenados a perdermo-nos nas lonjuras de uma planície de nuvens. Se, porém, nos deixarmos permanecer na Terra e considerarmos em geral aquilo que a própria Natureza nos dá a ver na qualidade

de formação [*Bildung*] da humanidade (a Natureza, que melhor do que tudo e do que todos tem de conhecer o fim último [*Zweck*] e o carácter [*Charakter*] das suas criações e criaturas), verificaremos que esta [formação] consiste, de todo e apenas, no seguinte: na *tradição de uma educação que visa alcançar, numa qualquer das suas várias concretizações, um modo de vida humano e a bem-aventurança do Homem [die Tradition einer Erziehung zu irgendeiner Form menschlicher Glückseligkeit und Lebensweise].*” (*Ideias para a Filosofia da História da Humanidade*, IX, 1)

84. “...se estabelecermos distinções arbitrárias entre cultura [*Kultur*] e iluminação [*Aufklärung*]”! E estabelecer tais distinções não é, precisamente, aquilo que mais continuam a fazer — agora, pela via de separar de todo “culturas” de iluminação — os afanados definidores e defensores do actual conceito *antropológico* de cultura?! E não é isso, precisamente, que mais eles fazem, ao *esquecer* que toda a cultura [*Kultur*] é sempre manifestação directa de um maior ou menor grau de *Aufklärung* (qua fim último de toda a *formação* ou *Bildung*)? Ou seja — para utilizar a definição do Kant de “Was ist Aufklärung?” —, manifestação directa de um maior ou menor grau de *emancipação*; manifestação de libertação de uma qualquer *tutela* e, em resultado disso, de capacidade para “fazer uso do... entendimento sem ser conduzido por outrem” (*Aufklärung ist der Ausgang des Mens-*

chen aus seiner selbstverschuldeten Unmündigkeit. Unmündigkeit ist das Unvermögen, sich seines Verstandes ohne Leitung eines anderen zu bedienen).

85. As razões que moveram Herder a pôr em evidência que “A cadeia da cultura [*Kultur*]” se estende “até aos confins da Terra”, e não apenas até aos confins da Europa, prendiam-se, na verdade, com o facto de os seus contemporâneos incorrerem, de forma generalizada, num erro diametralmente oposto àquele em que hoje incorrem, escudando-se no seu nome e nos seus escritos, os modernos Isaías e Jeremias do Testamento de que só se pode e deve, na verdade, falar de “cultura” em termos qualitativos e, por conseguinte, no plural (como se fala de “alimentos”, ao invés de de um só “alimento”). Isto é, prendiam-se tais razões com o erro, no tempo do próprio Herder generalizado, de pressupor e afirmar que “A diferença entre povos iluminados [*aufgeklärten*] e não-iluminados [*unaufgeklärten*], cultivados [*kultivierten*] e não-cultivados [*unkultivierten*],” é “uma diferença absoluta”, em lugar de “uma diferença de grau”. Ou seja, é uma diferença qualitativa, em lugar de quantitativa; uma diferença que, por conseguinte, obriga a falar de “cultura” ou de uma única *forma de cultura*, em lugar de “culturas” (como se fala de “electricidade”, ao invés de de “electricidades”). (Ai, as conclusões opostas que as mentes elitistas e as mentes democráticas são capazes de reti-

rar, nos diferentes *momentos* históricos em que se fazem *dominantes* e hegemónicas, de um só princípio!)

86. As razões que moviam Herder não eram, pois, as que só mais tarde começaram a mover, e cada vez mais movem, os adeptos da Antropologia Cultural. Radicavam elas, na verdade, na sua convicção (influenciada por Giambattista Vico, Montesquieu e Voltaire) de que cada povo encerra em si uma *alma* (*Volksseele*) ou um *espírito* (*Nationalgeist*) que o distingue de todos os restantes, e cuja manifestação empírico-histórica corre o risco — contrariamente ao seu fundamento metafísico, enquanto *parcela* da *alma do mundo* (*Weltgeist*) — de se exaurir, em resultado do cada vez maior predomínio da razão sobre a espontaneidade dos sentimentos e a imaginação que o avanço civilizacional e o *refinamento* que dele decorre por força acarreta consigo.

87. Herder estava, na verdade, mais do lado da multiplicidade e diversidade empírico-históricas da unidade metafísica da *alma do mundo* do que do lado da multiplicidade e diversidade (sem qualquer unidade) das *culturas* — ainda que, por via disso, tenha, de facto, acabado por contribuir para o entendimento *antropológico* de “cultura” que hoje ferozmente se arroga o direito de se impor a tudo quanto possa restar de *Humanidade*.

88. Necessário se torna, sem dúvida, falar de “culturas”. — Contudo, sem que isso possa anular — muito pelo contrário — a não menor e concomitante necessidade de continuar a falar de “cultura”.

89. É que, na verdade, cada uma das diversas culturas que a Antropologia Cultural, a Sociologia e os mais recentes Estudos Culturais tanto *cultivam* e *relativizam* não é (jamais poderia ser!) a *entidade self-subsistent* — a *entidade* de todo desligada da IDEIA DE HOMEM e da cultura *qua* *formação* ou *Bildung* — que aparenta ser. Não é, significa isto, essa espécie de *roupagem cultural* que, sob a forma sobretudo de determinados hábitos de vida e de determinadas formas de interagir com a realidade circundante, a maior parte dos homens de hoje-em-dia julga ter tudo a ver com eles mesmos, e nada a ver com os *deuses*. E nada a ver, quer isto dizer, com as leis eternas e *a priori* do Homem que, não obstante serem contingentes, haverão de continuar a determinar para todo o sempre o dever-se, a *virtude* (*aretê*) ou a excelência do próprio Homem — por conseguinte, mesmo depois de a espécie “Homem” se ter extinguido, para dar lugar a uma qualquer outra que lhe venha a ocupar o lugar.

90. Por detrás da variedade *de superfície* e ca-leidoscópica que um certo número de culturas

possa constituir, cada uma delas na qualidade, não menos, de variedade *de superfície* que é passível de incorporar um determinado número de *subculturas* e de *contraculturas* (imaginem-se! como se uma qualquer *contracultura* não fosse, por força, *cultura*, ainda que *minoritária*) — por detrás de uma tal variedade, encontra-se, por força, não a variedade dos *graus* de *cultura* (de conhecimento especializado e/ou de erudição) que sempre se transformam em *emblema* de distinção ou de estatuto social, uma vez que estes também são mais ou menos de *superfície*, mas sim a variedade de *graus* ou *estados* de concretização da IDEIA DE HOMEM que podem mediar entre o *homem das cavernas* (seja ele estivador, ministro da *cultura* ou professor universitário) e o homem que mais já possa ter devindo HOMEM (seja tal homem, de novo, estivador, ministro da *cultura* ou professor universitário).

91. Na verdade, toda e qualquer forma de cultura, seja ela *alta* ou *baixa*, *gorda* ou *magra*, seja ela a cultura primitiva de que fala *Primitive Culture*, seja ela a *cultura pop*, a *cultura* (ou *subcultura* ou *contracultura*) da Coca-Cola, do brinco, do hambúrguer, do *piercing* e das tatuagens, ou, ainda, a *cultura* (ou *subcultura* ou *contracultura*) *gay* — na verdade, toda e qualquer forma de cultura é, por força, manifestação (exterior) de um determinado *estado* de *formação* (*Bildung*) e de um conseqüente grau de *Aufklärung*. O mesmo é dizer, é, por força, manifestação de um

determinado *grau* de concretização da IDEIA DE HOMEM.

92. É que, a não ser estado de formação ou *estado de civilização* — *estado* produzido por ela mesma (pela cultura) *qua actividade* da auto-consciência que recai sobre o mundo interior e subjectivo (no primeiro caso) e o mundo exterior e objectivo (no segundo caso) —, toda a cultura não pode deixar de ser, como se viu já, *relação* de determinação mútua entre um certo *estado* do mundo subjectivo (um certo *estado de formação* ou *Bildung*), por um lado, e, por outro, (i) um certo *estado* do mundo objectivo (de *civilização*), (ii) um certo *contexto* histórico-civilizacional ou (iii) uma certa *fisionomia* geográfica.

93. Na verdade, e por exemplo, a cultura identitária de que os Açorianos tanto se orgulham (as Romarias, as Cavalhadas, as Coroações do Espírito Santo, as Festas do Senhor Santo Cristo, as Matanças de Porco, as Touradas à Corda, etc., etc.) jamais poderá deixar de ser (ainda que ninguém pareça dar por isso) resultado directo e manifestação inequívoca do *estado* de cultura (de *formação* ou *Bildung*) e do grau de *Aufklärung* que nos Açores se faz predominante e *dominante*. O mesmo é dizer, do *estado* de concretização da IDEIA DE HOMEM que predomina e *domina* nos Açores.

94. Se, por exemplo, jamais tivesse havido massa sovada e carne de vaca nos Açores, jamais teria havido ali, também, certamente, as Sopas do Espírito Santo (ou, pelo menos, as Sopas do Espírito Santo que implicam a existência de tais coisas). Porém, mesmo que a massa sovada e a carne de vaca permanecessem *ad eternum* nos Açores, deixaria, por força, de haver ali as Sopas do Espírito Santo (ou, pelo menos, as sopas do Espírito Santo que implicam a fé e a crença na personalidade e na triunidade da *pombinha* do Espírito Santo), caso deixasse de haver ali o *estado* de concretização da IDEIA DE HOMEM que ali predomina e *domina*.

95. Não se retirem daqui conclusões precipitadas. Não é, por exemplo, que, se todo o mundo católico-cristão devesse de súbito, por via de um imenso milagre, concretização *operante* da IDEIA DE HOMEM, a tão bonita cerimónia simbólica da Eucaristia (para a tomar como representativa das várias outras bonitas cerimónias simbólicas que a Igreja Católica instituiu) se visse varrida da face da Terra de um dia para o outro. Não. É, muito pelo contrário, que o *estado* de formação que as mais das vezes a deturpa e conspurca, com teimar em *tomar Nosso Senhor* ou em literalmente ingerir a consubstanciação em farinha e água do corpo de Cristo, seria, esse sim, varrido da face da Terra de um dia para o outro.— Para dar lugar a um *estado*

de *formação* capaz de aceitar, apreciar e respeitar genuinamente a *verdade* meramente *posta* e simbólica da humana comunhão com a divindade. Ou seja, para dar lugar a um *estado* de *formação* capaz de compreender e de respeitar a cerimónia *como se (als ob)* da Eucaristia — *qua* cerimónia simbólica do esforço, dia a dia, para continuarmos a concretizar em nós a *boa graça* do divinamente ordenado dever-ser do Homem — do mesmo modo que a compreenderia e respeitaria caso a sua *verdade* fosse tão *dada* e apodíctica quanto o é a *verdade* da força da gravidade.

96. Porque é atributo exclusivamente do Homem, toda a cultura é, por força, determinação do sujeito pelo objecto e, em sentido inverso, determinação do objecto pelo sujeito.

97. E, claro está, o *produto* de tal determinação recíproca depende directamente, por força, da medida em que o sujeito se deixa determinar pelo objecto (ou pela *tutela* de quem lhe *explica* ou *aplica* o objecto) e, inversamente, da medida em que o próprio sujeito determina o objecto.

98. E, claro está, a autoconsciência que determina o objecto (que permite conhecer que se conhece o objecto) é, as mais das vezes, e sobretudo quando o objecto é o “eu” *qua mim*, autoconsciência que opera — por mais paradoxal que isso possa parecer — de modo semi-in-

consciente. O mesmo é dizer, é autoconsciência *estreita* (no sentido de *estreitamento* entre o *eu* e o *mim*) e, por conseguinte, autoconsciência que, por isso mesmo, jamais poderá recair sobre a consciência objectiva do sujeito na forma de *actividade* de *formação* (de cultura *qua Bildung*), bem como, por essa via, na forma de *actividade* geradora de *esclarecimento* ou de *Aufklärung*.

99. Ao falar dessa *actividade* e desse *estado* exclusivamente humano a que chamamos “cultura”, não podemos, na realidade, levar em linha de conta apenas a diversidade empírica da espécie. E isto dado que tal diversidade de *conteúdo* ou de SER (tal diversidade *in rem*) sempre é, por força, diversidade que concretiza *extra mente*, num determinado grau de perfeição ou de imperfeição, o DEVER-SER formal (a unidade conceptual *post rem*) que determina a espécie *in mente*.

100. Eis aqui aquele que é, afinal, o grande erro da concepção *antropológica* de “cultura” — que hoje-em-dia tanto se torna hegemónica e que, por essa via, tanto *mata* o HOMEM com *matar*, qual Cavalo de Tróia, as HUMANIDADES: o erro de se pôr a contar e a estudar a diversidade das *folhas de nenúfar que cobrem a superfície do lago da humanidade* sem se dar conta de que cada uma dessas *folhas* radica, por força, lá bem no fundo desse *lago*, numa raiz formal que a todas é comum, porque a todas determina não ape-

nas os atributos essenciais ou *sine quibus non* do seu SER concreto e particular, mas também os predicados accidentais ou contingentes do seu DEVER-SER abstracto e universal.

101. Por de baixo das *roupagens culturais* que nos fazem TODOS DIFERENTES, seremos, na verdade, TODOS IGUAIS em deveres e em direitos, mas também seremos todos DIFERENTES. E não tão-somente naquilo que respeita à espessura da camada de *verniz cultural* (às *pinceladas* de conhecimento especializado e/ou de erudição) com que nos possamos *envernizar* — em resultado das nossas inclinações e capacidades naturais, do nosso saldo bancário ou da iníqua *igualdade de oportunidades* (iníqua, porque meramente quantitativa) que tantos *megabytes* ocupa nas mentes *formatadas* do nosso tempo. E não tão-somente naquilo que a isso respeita. Mas também — mas sobretudo, assim o determinaram os *deuses* — naquilo que respeita ao *estado de formação* (*Bildung*) e ao grau de *esclarecimento* (*Aufklärung*) a que já nos possamos ter *guindado*, por via da *actividade* cultura.

102. E — para terminar — qual é o *fruto* que essa mesma *actividade* mais faz despontar no *solo* interior e subjectivo do homem que auto-conscientemente se quer *HOMEM* (em lugar de *semente* ou de *gérmen* de Homem)?

103. Esse fruto é, como o Schiller de *A Educação Estética do Homem* (1749) e o Arnold de *Cultura e Anarquia* (1867–68) já há muito tornaram claro, na esteira de Kant, o desenvolvimento e a expansão harmoniosa de todas as faculdades, capacidades e potencialidades do Homem. Ouça-se, a este respeito, o próprio Kant — de novo, o Kant de *Sobre a Educação* (*Über Pädagogik*):

“Naquilo que diz respeito ao cultivo [*Kultur*] livre das faculdades do Homem, há a notar que ele é contínuo. Deve ele, na realidade, recair sobre as faculdades superiores. As inferiores são cultivadas de par a par, mas apenas com vista ao cultivo delas, faculdades superiores — a perspicácia [*Witz*], por exemplo, com vista ao cultivo do entendimento [*Verstand*]. A regra principal é, aqui, a de que nenhuma faculdade deverá ser cultivada isoladamente ou em função apenas dela mesma; é a regra de que, pelo contrário, cada faculdade deverá ser cultivada em função de todas as outras e conjuntamente com elas — a imaginação, por exemplo, apenas em conjunção com o entendimento e para proveito deste. [...] Divorciada da faculdade de julgar, a perspicácia [*Witz*] produz mera ton-tice. O entendimento [*Verstand*] é responsável pelo conhecimento do geral. A faculdade de julgar é responsável pela aplicação do geral ao particular. A razão é a faculdade encarregada

de efectuar a ligação entre o universal e o particular.”

104. Esse fruto não é, pois, mera sensibilidade [*Sinnlichkeit*] ou mera intuição [*Anschauung*] empírica *cultivada* e *virtuosa*, mera razão especulativa *cultivada* e *virtuosa*, mera razão prática *cultivada* e *virtuosa* (mera *cultura moral*), mero entendimento [*Verstand*] *cultivado* e *virtuoso*, mera imaginação *cultivada* e *virtuosa* ou mera faculdade de julgar (*qua*, agora, faculdade responsável pelo juízo de gosto) *cultivada* e *virtuosa* (mera *cultura estética*). É, pelo contrário, *CULTURA tout court*, — ao invés de *cultura disto ou daquilo*.

105. Esse fruto é, pois, não a capacidade *parcial* que torna possível intuir [*anschauen*] uma determinada série de particulares (por exemplo, um sem-número de culturas), mas sim a capacidade orgânica que torna possível fazer isso mesmo e, ao mesmo tempo, pensar, sem a *tutela* de outrem, a relação que preexiste *in mente* entre esses mesmos particulares e o universal que os subsume (por exemplo, o universal “cultura”).

106. Esse fruto é, pois, como Platão já há muito tornou evidente, a capacidade orgânica para quebrar as cadeias com que *os rebanhos* se acorrentam à *caverna de sombras* (de mera opinião e

crença) em que *o gato* sempre se consegue fazer passar por *lebre*.

107. É a capacidade para, à *luz solar* da intelecção ou da *noesis*, com-apreender e distinguir um do outro o *logos* do *gato* e o *logos* da *lebre* — de modo a não confundir um com o outro e, por essa via, não vir a *padecer*, por exemplo, da opinião (*doxa*) de que aquilo que *caçadores* exímios como um Kant, um Schiller e um Matthew Arnold determinantemente afirmaram ser *lebre* sempre foi *gato* ou, entretanto, se *relativizou* a ponto de — nesta nossa actual *coutada* de *gatos* e de escassez de *lebres* — poder ser considerado maioritariamente *gato*.

108. Como se Schiller e Arnold tivessem estado enganados, ao afirmar que “cultura” sempre acaba por ser, em primeira instância, *formação* (*Bildung*) e *esclarecimento* (*Aufklärung*)! Como se o próprio Arnold (o Arnold de *Cultura e Anarquia*, e para já não falar de Schiller) jamais tivesse lido Herder! — sem dele retirar conclusões precipitadas:

“Os grandes homens de cultura são aqueles que têm tido por paixão difundir, fazer prevalecer, transmitir de um extremo ao outro da sociedade, o melhor conhecimento, as melhores ideias, do seu tempo; que têm trabalhado afincadamente para libertar o conhecimento de tudo quanto se há revelado áspero, rude, di-

fácil, abstracto, especializado, exclusivo — para o humanizar, o tornar operante a fora da *clique* dos cultos e eruditos, sem, contudo, deixar de o levar a permanecer o *melhor* conhecimento e o *melhor* pensamento do seu tempo.... Um de tais homens foi, na Idade Média, Abelardo, apesar de todas as suas imperfeições — e daí a emoção e o entusiasmo sem limites que ele, Abelardo, suscita. Tais foram Lessing e Herder, na Alemanha de finais do século passado — e, por esse modo, os serviços que prestaram à própria Alemanha foram preciosos em medida que se não torna possível avaliar. Gerações haverão de passar, monumentos literários haverão de se acumular e obras bem mais perfeitas do que as de Lessing e de Herder haverão de ser produzidas na Alemanha. E, contudo, os nomes destes dois homens continuarão a encher um Alemão de reverência e de entusiasmo que os nomes dos mais dotados mestres dificilmente poderão despertar. Por que razão? Porque eles *humanizaram* o conhecimento, porque alargaram o fundamento da vida e da inteligência....”

A sobrecapa apresenta a litografia
***Mão com esfera reflectora* (1935),**
de M.C. Escher

E. J. MOREIRA DA SILVA
PONTA DELGADA | 2010



ISBN 978-989-20-6052-1